



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS
Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP
Seção de Estágio – SEST

EDITAL Nº 6/2021, de 24 de junho de 2021.

**2º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE 2021
FORMAÇÃO DE QUADRO DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR
DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

ÁREA DIREITO

PÓS-GRADUAÇÃO

EM DIREITO

CADERNO DE PROVAS

INSTRUÇÕES

- 1) Essa prova é constituída de 2 (DUAS) questões subjetivas.
- 2) A prova terá duração de **uma hora**, improrrogável.
- 3) A interpretação das questões é de responsabilidade do candidato.

Boa Sorte!!!



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS
Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP
Seção de Estágio – SEST

Conhecimentos Específicos

QUESTÃO 1

Em março/2019, a empresa LEVATORA foi flagrada pelo IBAMA transportando 6.800 metros cúbicos de madeira em tora, da espécie maçaranduba, sem cobertura da Autorização para Transporte de Produto Florestal – ATPF. No momento da autuação, o motorista do caminhão disse não possuir qualquer documento que chancelasse o transporte.

A empresa foi autuada, tendo o próprio IBAMA encaminhado à Polícia Federal cópia do auto de infração para instauração de inquérito objetivando apurar a prática do delito descrito no artigo 46, parágrafo único, da Lei 9.605/98, verbis:

Art. 46. Receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, tem em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente.

Concluído o inquérito, foram os autos encaminhados ao MPF. Lá, o Procurador com atribuições para o caso entregou os autos a um estagiário que, considerados os antecedentes do responsável pela prática, minutou a denúncia, tendo redigido manifestação justificando a impossibilidade de transação penal, suspensão condicional do processo e ANPP, tendo em conta que o investigado ostentava várias condenações transitadas em julgado, todas pela mesma prática, em espaço de tempo inferior a 5 anos. Indagado sobre a atribuição do MPF, o estagiário argumentou estar presente o interesse federal na espécie, tendo em conta a atuação do IBAMA, responsável pela autuação, já que se trata de uma autarquia federal.

De fato, todo o teor do inquérito consistia tão somente no auto de infração lavrado pelo IBAMA, bem como no depoimento dos envolvidos e no laudo pericial constatando tratar-se, a carga transportada, de madeira da espécie maçaranduba.

O Procurador, então, lendo a denúncia minutada, bem como a manifestação anexa, elogiou a qualidade da redação, confirmou ao estagiário que o IBAMA era, de fato, uma autarquia federal, mas repassou o mesmo caso a você, agora solicitando que reavalie o caso sob o prisma da competência da justiça federal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS
Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP
Seção de Estágio – SEST**

Sendo esse o caso,

- a) disserte sobre a competência CIVIL e PENAL da justiça federal, indicando sua correlação com as atribuições penais do MPF. Discorra, ainda, sobre ser ou não admissível ao MPF ajuizar ação civil contra quem bem entender, tornando a Justiça Federal competente, assim, para quaisquer ações em que figure ele como autor, dado se tratar o MPF de entidade federal.
- b) analise o caso e diga, justificadamente, se o MPF tem ou não atribuição persecutória para o caso, confirmando o acerto no raciocínio do primeiro estagiário, ou indicando em que ponto de sua linha de pensamento incorreu ele em desvio de perspectiva.

QUESTÃO 2

João e Maria, brasileiros, casaram-se e foram morar na Alemanha. Lá, prosperaram em sua atividade econômica e, com isso, adquiriram vários imóveis naquele país. Tiveram filhos gêmeos, Paulo e Marta, os quais, quando cresceram, vieram para o Brasil estudar. Quando se formaram, agora maiores, os pais resolveram viajar para o Brasil. No entanto, a viagem é encurtada pela queda do avião em que se encontravam, vindo ambos a óbito. Paulo e Marta, agora, resolvem abrir o inventário dos bens deixados pelos pais, todos eles imóveis situados na Alemanha. Assim é que, ao consultarem um advogado, informou-lhes o causídico que o caso demandaria tempo, já que teria ele que tomar ciência da legislação Alemã.

Tendo em conta esse enunciado, proceda conforme itens abaixo.

- a) Discorra sobre o início e o fim da existência da pessoa natural.
- b) Diga, fundamentadamente, se a ponderação feita pelo ilustre advogado tem ou não procedência, indicando, em sendo o caso, o fundamento legal.